

COMPATIBILIZAR AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ACORDO COM O MODELO GOVERNAMENTAL – PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO À ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

RESUMO

Grandes mudanças exigem grandes adaptações. Mais de que uma simples transição do papel para o meio digital a Escrituração Contábil provoca enorme revolução na forma de prestar contas ao governo, também funcionará como mola propulsora da classe contábil. A criação da certificação digital busca modernizar e otimizar os processos a Receita Federal do Brasil. Este processos integram a nota fiscal eletrônica, a escrituração fiscal eletrônica e a escrituração contábil digital. Neste trabalho de pesquisa, analisou-se a implantação do sistema público de escrituração digital do governo de forma objetiva, verificando que este sistema contribui para uma tributação mais justa. A metodologia da pesquisa adotada neste trabalho foi definida como: exploratória, qualitativa, documental, bibliográfica e estudo de caso. Estudo de caso para analisar a aplicação do sistema da tecnologia da informação para uma empresa e sua transição ao novo modelo governamental. Verifica-se que esta nova forma de integração do processo de contabilização e fiscalização esta definido no moderno tripé do sistema digital, composto por: nota fiscal eletrônico, escrituração fiscal eletrônica e a escrituração contábil digital. O sistema público digital se fortalece com esta implantação, na busca da verdadeira integração para melhorar o sistema de tributação, arrecadação e fiscalização.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Escrituração Contábil Digital.

1 INTRODUÇÃO

Hoje existem formas discordantes na apresentação de informações fiscais, onde, para diversos órgãos são enviados a mesma informação, não havendo, integração alguma. Piorando o cenário, quando o usuário final é a própria Secretaria da Receita Federal, que exige diversos demonstrativos com a mesma finalidade sob diferentes informações para executar a fiscalização.

A partir da criação da certificação digital em 2001 e buscando a modernização dos processos, a Receita Federal do Brasil criou o Sistema Público de Escrituração Digital. Este processo tem em seu tripé básico a Nota fiscal Eletrônica, a Escrituração Fiscal Digital e a Escrituração Contábil Digital.

O Sistema Público de Escrituração Digital Contábil visa à substituição da emissão de livros contábeis (Diário e Razão) em papel pela sua existência apenas digital. Os livros Diários e muitos anos o governo em suas mais diversas esferas exigiu dos contribuintes pessoas jurídicas diversas declarações para vários órgãos diferentes, obrigando os contabilistas a preencher por muitas vezes a mesma referência em formulários diferentes.

A partir do advento do decreto nº 6.022/2007, da Instrução Normativa nº 787/2007 com as alterações da Instrução Normativa nº 825, de 21 de fevereiro de 2008 (DOU de 28.02.2008), e a Instrução Normativa nº 926, de 11 de março de 2009 (DOU de 12.03.2009) todas da Receita Federal do Brasil, passou a ser obrigatória a contabilidade eletrônica em um único padrão, vindo a substituir definitivamente a emissão em papel de diversos formulários.

Como compatibilizar as demonstrações contábeis existentes à nova sistemática governamental?

Em relação a este trabalho de pesquisa, buscou-se durante todo o processo de construção da fundamentação teórica e no estudo de caso elementos para a formação da proposta de adaptação ao novo padrão governamental.

Neste estudo, visou orientar a adaptação das atuais demonstrações contábeis ao novo padrão governamental, tendo como produto final unificar as referidas demonstrações contábeis e apresentá-las em modelo único.

Portanto, este trabalho busca atender os seguintes objetivos específicos: demonstrar o cenário atual e sua diversificação de modelos; adequar às rotinas existentes ao novo modelo governamental proposto; apresentar modelo consolidado com as adaptações necessárias para atender a nova sistemática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta fundamentação teórica procurou-se analisar de forma sucinta, os seguintes itens: principais conceitos; modelo governamental, teoria geral de sistemas, demonstrações e relatórios contábeis, livros contábeis, importância da tecnologia da informação para contabilidade, sistema público de escrituração digital, escrituração contábil digital e certificação digital com base na principal revisão de literatura atual, relevante e ligada diretamente às questões técnico-científicas colocadas pelo projeto de implantação do SPED.

Através desta fundamentação buscou-se alcançar as bases teóricas que levaram à evolução natural das demonstrações contábeis e sua divulgação desde o papel até o novo formato digital proposto pelo governo.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para IBRACON (1992, p. 68), “Contabilidade é, objetivamente, um Sistema de Informação e Avaliação destinado a prover seus usuários com Demonstrações e Análises de natureza econômica, financeira, física, e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Neste aspecto a contabilidade exerce uma importância fundamental para servir de base para os tomadores de decisões, sejam eles usuários internos ou externos.

2.1.1 Importância da contabilidade

A história da contabilidade é muito antiga, e está atrelada a necessidade de registros do comércio. Tem indicação de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. O exercício do comércio não era exclusivo destes, sendo cumprida nas principais cidades da Antiguidade. Somente na Itália que nasce o termo *Contabilità*.

Os comerciantes italianos do séc. XIII contribuíram com a introdução da técnica contábil nos negócios privados. Com os empréstimos as empresas comerciais e os investimentos em dinheiro determinaram o desenvolvimento de escritas especiais que refletissem os interesses dos credores e investidores e, também fossem úteis aos comerciantes, em suas relações com os consumidores e os empregados.

Diante deste breve explanação destaca-se a importância da contabilidade como ciência que procura demonstrar a sua relevância no registro das transações comerciais e outras de toda a natureza pelo crescimento e expansão dos negócios no processo de avaliação de forma nítida e transparente.

2.1.2 Campo de aplicação da contabilidade

O campo de aplicação da contabilidade este diretamente alinhado com o estudo do patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, ou seja, o escopo de toda a pesquisa da ciência contábil definido no seu objeto observa os fenômenos que envolvem a estática e dinâmica patrimonial.

Na verdade, o desenvolvimento inicial do método contábil esteve associado ao surgimento do capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a exploração comercial ou industrial.

De acordo com a FEA/USP (2006, p.24), “Finalidade de Controle – processo para qual a alta administração certifica-se, de que a organização esta agindo em conformidade com aos planos e políticas traçados pelos donos do capital e pela própria alta administração”. Portanto, se verifica que a aplicação da contabilidade esta direcionada para atender a finalidade de evidenciar as informações contábeis aos seus usuários, de acordo com os diversos interesses.

2.1.3 Funções contábeis típicas

Destacam-se abaixo as principais funções contábeis pela tipicidade de informações:

a) Planificação da Contabilidade

b) A escrituração comercial, mecanizada ou não, deve seguir ordem uniforme com a utilização de livros e papeis adequados, cujos números e espécie ficam a critério da pessoa jurídica (art. 257 do RIR/1999).

Fazem-se os lançamentos contábeis por meio de contas, utilizando os métodos seculares e universais denominados “método das partidas dobradas”. “Todo débito corresponde a um ou mais créditos de igual valor”.

O lançamento deve conter:

- Conta devedora(s)
- Conta credora(s)
- Histórico (que é a descrição do fato registrado)
- Valor(es)
- Data

c) Escrituração Contábil

A escrituração contábil de uma empresa é antes de tudo, uma exigência da legislação comercial, tendo em vista os interesses societários. A legislação do IR (art. 251 do RIR/99) dispõe que a pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real deve manter escrituração com observância das leis comerciais e fiscais. A qual deve abranger todas as operações realizadas pela empresa, os resultados apurados em atividades no território nacional, bem como os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferido no exterior.

A escrituração deve ser completa, em idioma e moeda corrente nacionais, em forma mercantil, com individualização e clareza, por ordem cronológica de dia, mês, ano, sem intervalos em branco nem entrelinhas, borraduras, rasuras e mendas e transporte para as margens. (BARROS, 2007 p. 73,74)

d) Elaboração e Interpretação de Relatório

Segundo RIBEIRO(2006, p.19) “A principal finalidade da contabilidade é fornecer informações sobre o Patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários como também por parte daqueles que pretendem investir na empresa”.

2.2 DEMONSTRAÇÕES E RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Segundo a lei 6.404/76 as Demonstrações Contábeis adotaram a terminologia “Demonstrações Financeiras”, sendo que a primeira é a terminologia preferida pelos contadores. Relatório Contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade.

Ele objetiva relatar às pessoas que utilizam os dados contábeis os principais fatos, registrados por aquele setor em determinado período. Também conhecido como informes contábeis, são conseqüências da escrituração, ou seja, não existem relatórios confiáveis se não houver uma escrituração correta.

Os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos por lei, sendo conhecidas tecnicamente, como Demonstrações Contábeis. São exigidos na totalidade para as Sociedades Anônimas, e parte deles, estendida aos outros tipos societários, através do imposto de renda e da legislação comercial e fiscal.

2.2.1 Demonstrações contábeis obrigatórias.

A lei das Sociedades por Ações estabelece que, ao fim de cada exercício social, à necessidade de elaboração, com base na escrituração contábil, das seguintes Demonstrações: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (extinto pela Lei 11.638/2007); Notas Explicativas.

2.2.2 Balanço patrimonial

Para os autores GRECO; AREND; GÄRTNER (p.73), “O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, em uma determina data, a posição patrimonial e financeira da entidade”.

2.2.3 Demonstração do resultado do exercício

Para os autores GRECO; AREND; GÄRTNER (2007, p.94), “A Demonstração do Resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado em um determinado período da existência da entidade”. As Normas Brasileiras de Contabilidade – (NBC-T-3) diz: A determinação do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

2.2.4 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados

Segundo os autores GRECO; AREND; GÄRTNER; (2007, p.103), “A demonstração contábil de lucros ou prejuízos acumulados destina-se a evidenciar as mutações nos resultados acumulados em determinado exercício social”.

2.2.5 Notas explicativas

De acordo com GRECO, AREND, GÄRTNER:

As Notas Explicativas têm como objetivo prestar esclarecimentos sobre a situação patrimonial e os resultados do exercício social, consoante com a Lei 6.404/76 em seu art. 176, §4º: “as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”. (GRECO, AREND e GÄRTNER, 2007, p.70).

2.3 LIVROS CONTÁBEIS

Os livros contábeis são aqueles que atendem a legislação em vigor, tanto à nível federal, estadual e municipal. Registram todos os fatos contábeis relativos às atividades da empresa e são usados em larga escala para conferência dos tributos neles lançados.

2.3.1 Livro diário

Conforme FRANCO:

O Diário é exigido pelo Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969 e pelo Decreto nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994 (Regulamento do Imposto de Renda). No livro Diário, devem ser lançados, dia a dia, todos os fatos contábeis, ou seja, todas as ocorrências que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial da empresa. (FRANCO, 1996, p. 87).

2.3.2 Livro razão

Segundo FRANCO:

Indispensável para a boa contabilidade, o Razão serve para o registro de todas as operações, pela ordem sistemática do título das contas devedoras ou credoras, sob as quais elas foram registradas. Sua escrituração processa-se pela transcrição – conta por conta, em ordem de data, em folhas abertas para cada conta – das operações registradas cronologicamente no Diário. (FRANCO, 1996, p.100-101)

2.4 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

SPED significa Sistema Público de Escrituração Digital. Trata-se de uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais, dentro de um formato específico e padronizado.

De forma objetiva, o Sistema Público de Escrituração Digital pode ser entendido como um *software* que será disponibilizado pela Receita Federal para todas as empresas a fim de que elas mantenham e enviem a este órgão informações de natureza fiscal e contábil (a partir da escrituração digital mantida nas empresas) e informações previdenciárias. Bem como os livros fiscais, comerciais e contábeis gerados a partir da escrituração (já registrados nos órgãos do Comércio), além das Demonstrações Contábeis.

2.4.1 Surgimento do sistema público de escrituração digital

A possibilidade de conceber um projeto eminentemente digital com a eliminação do mundo fiscal em papel surgiu com a Certificação Digital, criada pela Medida Provisória 2.200-2, de 17/08/2001. A garantia de autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica foi possível com a instituição do ICP Brasil.

2.4.2 Sistema público de escrituração digital

O Sistema Público de Escrituração Digital Contábil em seu módulo de Escrituração Contábil Digital está regulamentado pelo Decreto Federal nº 6.022/07, Instrução Normativa nº 787/2007 com as alterações da Instrução Normativa nº 825, de 21 de fevereiro de 2008 (DOU de 28.02.2008), e a Instrução Normativa nº 926, de 11 de março de 2009 (DOU de 12.03.2009) todas da Receita Federal do Brasil. Consiste em um conjunto de arquivos que tem por objeto, a substituição dos livros contábeis diários e seus auxiliares, se houver (e diário com escrituração resumida), Razão e seus auxiliares, se houver e balancetes diários, balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos, por documentos de escrituração em versão digital.

2.5 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é o pilar contábil do Sistema Público de Escrituração Digital. De maneira simplificada, define-se a ECD como a geração dos livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital.

2.5.1 Modelo operacional

A Escrituração Contábil Digital deve ser entregue no último dia útil de junho do ano seguinte ao que se refere à escrituração.

A partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital em um formato específico. Este arquivo é submetido a um programa fornecido pelo Sped. Faça o download do PVA e do Receitanet e instale-os em um computador ligado à internet.

O PVA tem ainda as funcionalidades de visualização da escrituração e de geração recuperação de backup. Autenticada a escrituração, adote as medidas necessárias para evitar a deterioração, extravio ou destruição do livro digital. Ele é composto por dois arquivos principais: o do livro digital e o de autenticação (extensão aut).

<http://www.receita.fazenda.gov.br/sped/perguntas.aspx>. Acesso em 08/11/2008.

2.5.2 Pessoas jurídicas obrigadas à apresentação

Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 787, de 19 de novembro de 2007 – DOU de 20.11.2007. Alterada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 825, de 21 de fevereiro de 2008.

Art. 3º Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007:

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real;

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Art. 10. A não apresentação da ECD no prazo fixado no art. 5º acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/sped/perguntas.aspx>, acesso em 08/11/2008.

2.6 CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Certificado digital é um documento eletrônico que identifica pessoas empresas no mundo digital, provando sua identidade e permitindo acessar serviços on-line com a garantia de autenticidade, integridade e não-repúdio. Certificado Digital funciona como uma espécie de carteira de identidade virtual que permite a identificação segura de uma mensagem ou transação em rede de computadores.

O processo de certificação digital utiliza procedimentos lógicos e matemáticos bastante complexos para assegurar confidencialidade, integridade das informações e confirmação de autoria.

2.6.1 Autoridade certificadora

A ICP-Brasil - Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - é um conjunto de entidades, padrões técnicos e regulamentos, elaborados para suportar um sistema criptográfico com base em certificados digitais. Criada a partir da percepção do

Governo Federal na importância de se regulamentar as atividades de certificação digital no País, denota maior segurança nas transações eletrônicas e incentiva a utilização da Internet como meio para a realização de negócios. A ICP-Brasil foi instituída pela Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que cria o Comitê Gestor da ICP-Brasil, a Autoridade Certificadora Raiz Brasileira e define as demais entidades que compõem sua estrutura. A partir dessa MP foram elaborados os regulamentos que regem as atividades das entidades integrantes da ICP-Brasil: são as Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil, as Instruções Normativas e outros documentos. (<https://www.icpbrasil.gov.br/apresentacao> acesso em 06 de fevereiro de 2009).

2.6.2 Armazenamento do certificado digital

Conforme Duarte (2008), os certificados mais comuns são:

A1 - de menor nível de segurança, é gerado e armazenado no computador do usuário. Os dados são protegidos por uma senha de acesso. Somente com essa senha é possível acessar, mover e copiar a chave privada a ele associada;

A3 - de nível de segurança média a alto, é gerado e armazenado em um hardware criptográfico, que pode ser um cartão inteligente ou um token. Apenas o detentor da senha de acesso pode utilizar a chave privada, e as informações não podem ser copiadas ou reproduzidas.

O cartão parece um cartão magnético, mas não é, para conectá-lo ao computador é necessário o uso de uma leitora própria. Já o token parece um pen drive, mas não é. Como o pen drive ele é conectado ao computador através de uma porta usb. Ambos são dispositivos com uma pequena memória para armazenar o certificado, e com um processador. Esse conjunto memória/processador agrega segurança ao processo. (DUARTE. 2008, p.100-101)

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa terá seu conteúdo baseado não somente em obras clássicas da Contabilidade, como também em bibliografias mais recentes buscando demonstrar as novas teorias utilizadas e normas exigidas. Além de livros, também serão consultadas publicações periódicas e matérias disponíveis em meio eletrônico, todos de cunho científico e de autores especializados em Contabilidade, a fim de enriquecer ainda mais o presente trabalho.

Foi definido para o desenvolvimento deste trabalho os seguintes tipos de pesquisas: qualitativa, exploratória, bibliográfica, estudo de caso.

3.1 CLASSIFICAÇÕES DAS PESQUISAS

Destaca-se na sequência a classificação quanto a natureza da pesquisa que foi caracterizado como aplicada que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

3.2 QUANTO À FORMA DE ABORDAGEM

Cada abordagem ou busca admite níveis diferentes de aprofundamento e enfoques específicos conforme o objeto de estudo, os objetivos visados e a qualificação do pesquisador. Por conseguinte, é natural a existência de inúmeros tipos de pesquisa, cada qual com suas peculiaridades próprias.

3.2.1 Pesquisa qualitativa

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer os usos de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o

instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

3.2.2 Quanto aos objetivos

A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de caso.

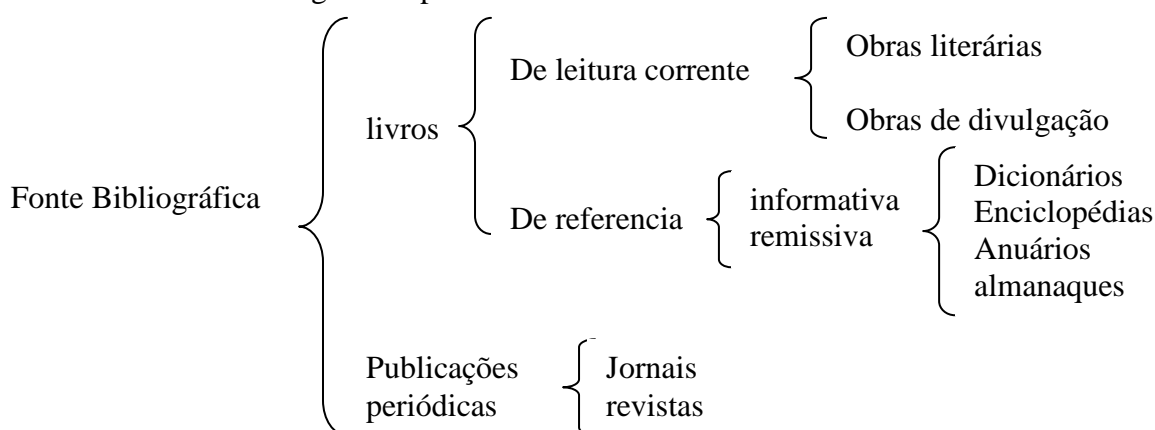
3.3. QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A função do projeto é traçar o curso da pesquisa; estabelecer além do objeto os procedimentos técnicos da pesquisa, ou seja, como vai ser investigado tal objeto.

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica

É desenvolvida com base em material já elaborado constituído de livros e artigos científicos. Parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica. As pesquisas que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema costumam ser desenvolvidas mediante fontes bibliográficas.

As fontes bibliográficas podem ser classificadas assim:



Fonte: GIL (2008, p.65)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla, torna-se importante quando o problema de pesquisa requer dados mais dispersos pelo espaço.

3.3.2 Estudo de caso

Quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Costuma ser utilizado como estudo piloto para esclarecimento do campo da pesquisa em seus múltiplos aspectos e seus dados são apresentados na condição de hipóteses.

Segundo GIL (2008):

o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a delimitação, mas é possível definir quatro que demonstram o seu delineamento:

“(...) delimitar a unidade que constitui o caso...”.

“(...) coleta de dados que geralmente é feita com vários procedimentos quantitativos e qualitativos: observação análise de documentos, entrevista formal ou informal,

história de vida, aplicação de questionário com perguntas fechadas, levantamentos de dados, análise de conteúdo...”.

“(...)representa-se pela seleção, análise e interpretação dos dados...”.

“(...)elaboração dos relatórios parciais e finais”.

Segundo SANTOS (2008):

“(...) as vantagens dos estudos de caso:

estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento;

ênfatisam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam simplicidade nos procedimentos;

permitem uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

Suas desvantagens são:

Dificuldade de generalização dos resultados obtidos. Pode ocorrer que a unidade escolhida para investigação seja bastante atípica em relação às muitas de sua espécie;

Risco de o investigador apresentar uma falsa certeza de suas conclusões e apoiar-se em falsas evidências;

Entender que, por utilizar uma ou poucas unidades, representa uma pesquisa muito fácil de ser realizada.

4 ESTUDO DE CASO APLICADO A EMPRESA INFORMATICA LTDA

O objeto deste estudo de caso relaciona-se diretamente com o movimento atual em que a conversão das Demonstrações Contábeis em papel caminham para o meio eletrônico. A empresa Informática Ltda., trabalha no segmento de desenvolvimento de aplicativos contábeis. Seus produtos são atingidos diretamente pela nova legislação. Será demonstrado como são as demonstrações contábeis nos dias atuais e como elas deverão ser apresentadas no novo formato eletrônico.

4.1 EMPRESA ESTUDADA “INFORMATICA”

A empresa “Informática” se dedica à prestação de serviços aos seus clientes e, como empresa, busca desenvolver-se de maneira progressiva e contínua, buscando aplicar modernas práticas de gestão, conquistar e manter vantagens competitivas na exploração das oportunidades que se abrem a cada dia no mercado.

Desenvolvida em uma empresa do segmento de prestação de serviços que atua na área de elaboração de sistema integrados de contabilidade. Empresa familiar fundada em 1993 começou suas atividades como escritório de contabilidade.

Na época foi identificada a deficiência dos softwares contábeis existentes no mercado. Após esta identificação especializou-se na criação, desenvolvimento e manutenção de sistemas integrados para escritórios de contabilidade.

4.1.1 Dados gerais da empresa

Endereço: Rua Inominada s/n. Região Metropolitana de Curitiba

Capital Social: R\$ 10.000,00

Comp. Societária: Sócio A– 49%; Sócio B– 49%; Sócio C– 1%; Sócio D– 1%

4.1.2 Ramo de atividade

Softhouse especializada no desenvolvimento de soluções em informática para escritórios de contabilidade, atendendo desde profissionais autônomos até grandes empresas

Serviços Prestados: elaboração de sistema em informática; manutenção de programa para computadores; *help-desk* ativo.

Número de Funcionários: Além dos sócios, mais cinco funcionários, totalizando nove pessoas.

4.2 PRINCIPAIS PRODUTOS OFERTADOS

Em seu portfólio dispõe de softwares de baixa complexidade no uso mais de alto valor agregado ao cliente; proporcionando o atendimento à legislação em vigor bem como à criação de relatórios de controle gerenciais.

4.2.1 Elaboração de sistema em informática

A empresa é formada por profissionais experientes na área contábeis, diretamente envolvidos, desde a área de análise e desenvolvimento do software, até o suporte técnico. Possibilitando assim atender todas as necessidades dos seus clientes através de sistemas simples, práticos e objetivos com inovações e serviços que sempre satisfaçam as suas expectativas.

4.2.2 Demonstrações contábeis em formato eletrônico

Atualmente as regras para apresentação dos livros contábeis é a mesma tanto para o formato manual quanto para o formato eletrônico, que consiste na apresentação do livro diário, que contém em seu corpo os lançamentos diários, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício e a demonstração de lucros ou prejuízos apurados. Já no formato eletrônico do SPED, Além das peças contábeis já elencadas, torna-se obrigatória a apresentação do livro razão.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na atualidade existem um sem número de relatórios contábeis, gerados por uma gama enorme de programas contábeis e de ERP (sistemas integrados), visando atender exigências legais em todas as esferas: federal, estadual e municipal.

Identificou-se uma falta de inter-relação e porque não dizer comunicação entre os órgãos oficiais. Uma mesma informação é relatada diversas vezes em formatos diferentes. Somente para a Receita Federal do Brasil os dados relativos à determinadas contribuições são apresentados no demonstrativo de apuração das contribuições sociais, na declaração de débitos e créditos tributários federais e na declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica.

Com o passar do tempo e os avanços tecnologia da informação algumas tentativas de unificação estão ocorrendo como no caso da unificação das informações prestadas a Caixa Econômica Federal relativa ao FGTS em conjunto com as contribuições previdenciárias. Recentemente foi criada a Super Receita no intuito de unificar a Receita Federal do Brasil e o INSS.

A aplicação do Sistema Público de Escrituração Digital em 2007 e em particular no seu módulo de Escrituração Contábil Digital, criou-se a linha mestra para confecção e apresentação das peças contábeis. Na norma proposta definiu-se um *Layout* padrão para conversão das demonstrações contábeis atuais.

O que em tese parece relativamente simples, já que o objetivo final é o mesmo, simplesmente transformar as demonstrações contábeis hoje em papel em formato eletrônico específico digital.

Na busca da adequação das rotinas existentes ao novo modelo governamental pontuou-se na criação de um plano de contas específico que promoverá um “de = para”, um critério de conversão dos atuais planos em uso para o plano de contas referencial proposto pela Receita Federal do Brasil.

Todo tema inovador provoca acaloradas discussões, mas o tempo urge contra os profissionais da contabilidade a razão ser gerados a partir de um mesmo conjunto de informações.

Sendo que o caminho natural será adequar o plano atual da empresa ao novo plano padrão, o que aproxima sobremaneira as demonstrações contábeis eletrônicas à Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica o que possibilitará no futuro a eliminação de muitas fichas e a simplificação do seu preenchimento. Apresenta-se então como sugestão, o modelo consolidado nos padrões governamentais, com as adaptações necessárias.

No momento do fechamento do presente trabalho a Escrituração Contábil Digital encontra-se em ambiente de testes, abrangendo um pequeno grupo de empresas submetido à um controle especial pela Receita Federal do Brasil.

Com sucessivas prorrogações no prazo de entrega dos arquivos referente o exercício de 2008 esta estabelecida a data de 30 de junho de 2009.

Com a exigibilidade para 2010, em que todas as empresas tributadas pelo lucro real estarão obrigadas à entregar a Escrituração Contábil Digital esta criando-se ampla discussão na mídia eletrônica, onde elenca-se os diferentes obstáculos à implantação e padronização das demonstrações contábeis.

Verifica-se a transposição de um processo arcaico para um processo moderno e eficaz, principalmente no foco do combate à sonegação e aumento da tributação, veio à tona em um momento que o Brasil está preparando-se para convergência de suas demonstrações contábeis às normas internacionais. Muita mudança, como coloca no início deste trabalho, está declarado mais uma vez a morte do guarda-livros e o nascimento do “Contador Digital”.

Como o assunto é relativamente novo e a adaptação pelos profissionais de contabilidade será gradativa, apesar de não haver tempo hábil para tanto, muitas dúvidas e dificuldades deverão eclodir deste novo processo. No presente trabalho, dedicou-se especial atenção à Escrituração Contábil Digital, mas esta por si só não esgota as mudanças. Trata-se tão somente de um braço do Sistema Público de Escrituração Digital, portanto recomenda-se um aprofundamento maior nas particularidades desta nova sistemática de apresentação de documentos fiscais com ênfase principalmente na Escrituração Fiscal Digital e na Nota Fiscal Eletrônica. Esta tecnologia vem de encontro aos interesses dos órgãos de tributação, arrecadação e fiscalização. Espera-se que com a intergração dos sistemas de arrecadação pela consolidação das informações, de forma transparente, o grande beneficiado seja o verdadeiro pagador das contas públicas “o contribuinte”, “o cidadão” que não suporta mais pagar tributos neste País.

REFERÊNCIAS

BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade Básica**. 3ª ed. São Paulo: IOB, 2007.

BRASIL. Manual de Orientação do Leilante de Escrituração Contábil Digital – LECD, **Anexo único da Instrução da Receita Federal do Brasil**, nº 787.

CARVALHO, Clauss Antonius Álvares. A Evolução da Contabilidade das Tabuas de Uruk ao Dinheiro Digital. 2002. **Monografia (Pós-Graduação Contabilidade Gerencial)** – Fundação Visconde de Cairú, Salvador.

CATISTTI, MARCIO. **O Processo de Auditoria Informatizada**. São Paulo: Atlas, 1999.

CFC, **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**, 3ª ed. Brasília: 2001.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal**, Minas Gerais: IdeasWork, 2008.

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP-FEA. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio SEC XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio de Loureiro. **Sistemas de Informações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1979.

Gil, Antonio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRECO, Alvídio; AREND, Lauro; GÄRTNER, Günther. **Contabilidade – Teoria e Prática Básicas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

IBRACON. **Princípios Contábeis**. 2ª ed. São Paulo: Atlas 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION José Carlos. **Contabilidade Comercial**, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAUPP, E. H. Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, nº 8, 2001, Gramado. **Anais da VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Gramado: RS, 2001.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. São Paulo: Saraiva, 1997.

SÁ, Antonio de Lopes. **Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz dos; ARIMA, Carlos Hideo. **Fundamentos de Auditoria de Sistemas**. São Paulo: Atlas, 2006.

WERNKE, Rodney. Divulgação de Informações Contábeis via Internet. **Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília**, nº136, jul. /ago. 2002.

www.cnb.org.br/CNBV/leis/lei6404-1976.htm (acesso em 06 de fevereiro de 2009).

<https://www.icpbrasil.gov.br/apresentacao> (acesso em 06 de fevereiro de 2009).

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/default.htm> (acesso em 06 de fevereiro de 2009).

<http://www.receita.fazenda.gov.br/sped/perguntas.aspx>. (acesso em 05/07/2008).

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/AtosExecutivos/2007/COFIS/ADCofis036.htm#Anexos> 2008. (acesso em 08/05/2009).